

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.719.730 - MG (2018/0014509-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : SHEILA VAZ DA COSTA  
**ADVOGADO** : JANAINA VAZ DA COSTA E OUTRO(S) - MG109153  
**RECORRIDO** : CONDOMÍNIO CANTO DA SIRIEMA  
**ADVOGADOS** : RENAN PIMENTA DE GOUVÊA - MG137377  
DANIEL PIMENTA DE GOUVÊA E OUTRO(S) - MG142610  
ROMULO DE GOUVEA - MG040760N

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SHEILA VAZ DA COSTA contra acórdão proferido pelo TJMG assim ementado (e-STJ fl. 180):

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECE DE APELAÇÃO - RECURSO INTEMPESTIVO - MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. Ao recurso de apelação manifestamente intempestivo, porque protocolizado depois de decorrido o prazo recursal previsto no art. 508 do CPC/73, deve ser negado seguimento.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 188/204), interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, a parte recorrente alega ofensa aos arts. 219, 224, § 2º, e 1.046 do CPC/2015 e 5º, II, XXXVI e LV, da CF, pois é tempestiva a apelação, contando-se o seu prazo a partir da publicação da sentença, o que ocorreu quando vigente o CPC/2015.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ fl. 209).

É o relatório.

Decido.

No julgamento do recurso especial, não cabe a esta Corte o exame de suposta ofensa a artigos da Constituição Federal, sob pena de usurpação de competência do STF (art. 102 da CF).

Segundo entendimento pacífico, "consoante Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, 'Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões **publicadas** a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC'" (AgInt no AREsp n. 1.082.715/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/9/2019, DJe 26/9/2019 – grifei).

Sob esse aspecto, "o Plenário do STJ, na sessão do dia 9/3/2016, estabeleceu que, quanto aos recursos, a lei aplicável é aquela vigente na data da **publicação** da decisão impugnada, porque, apenas nesse instante, o sucumbente passa a ter ciência exata dos fundamentos da decisão que pretende combater" (grifei). Assim, "publicada a decisão antes de 18/3/2016 - início da vigência da Lei n. 13.105/2015 -, aplica-se a regra do Código de Processo Civil de 1973; no dia 18/3/2016 ou posteriormente, incide a determinação do Código de Processo Civil de 2015" (REsp n. 1.733.784/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA,

# *Superior Tribunal de Justiça*

julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019).

No caso, a decisão foi publicada em 30/3/2016 (e-STJ fl. 119), quando em vigor o CPC/2015, devendo o prazo da apelação ser contado de acordo com seus regramentos. Assim, protocolizada em 15/4/2016, é tempestiva, devendo ser analisada pelo Tribunal de origem.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para, reconhecendo a tempestividade do recurso de apelação, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que se prossiga na sua análise, nos termos que entender de direito.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator